

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Apoio de Flávio e Eduardo sobre aposta em Aras para a PGR	2
Título: Destaque	3
Título: Distribuidoras propõem reduzir impacto de leilão	4
Título: Pátria recebe propostas não vinculantes pela Argo	6
Título: Economia fraca faz Usiminas adiar decisão de investimento	7
Título: Fabricantes químicos esperam baixar ociosidade com gás mais competitivo	8
Título: BNDES acelera e bancos esperam R\$ 35 bi em vendas no semestre	10
Título: Ações de empresas de serviços públicos são destaque no ano	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: 'Orçamento engessado impede qualquer redução'	14
Título: Autoridades explicam ao Senado novo acordo sobre Itaipu	15
Título: Avaria adia partida de 2º navio iraniano do Paraná	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Privatização 2.0	18
Título: Falha mecânica atrasa saída do Brasil de navio iraniano.....	19
VEÍCULO: O Globo	21
Título: Retomada de leilões de petróleo atrai investidor	21
Título: Cuidado com a honra alheia	23
Título: Projeto pode liberar garimpo em reservas	24
Título: Um 'espelho do pré-sal' à venda	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/07/2019****Seção: Política****Autor: Carla Araújo e Luísa Martins | De Brasília****Título: Apoio de Flávio e Eduardo sobe aposta em Aras para a PGR**

O nome do subprocurador-geral da República Augusto Aras subiu na bolsa de apostas para ocupar o posto mais alto na Procuradoria-Geral da República (PGR) e, na semana passada, chegou ao posto de favorito ao cargo. A escolha cabe ao presidente da República, Jair Bolsonaro - que recebeu Aras na terça-feira à noite, no Palácio da Alvorada, onde mora.

Aos 60 anos, Aras, que é baiano de Salvador, nunca esteve tão perto de ser o próximo procurador-geral da República. Ele disputa o favoritismo dentro do governo com a atual titular do cargo, Raquel Dodge, cujo mandato termina em 17 de setembro. Nenhum dos dois compõe a lista tríplice feita pelos procuradores, seguida pelos presidentes desde 2003.

Enquanto Dodge busca a recondução para mais dois anos com o apoio de atores importantes como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Aras teria arrebatado Flávio e Eduardo, filhos de Bolsonaro, e ministros de peso, como o da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e o de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

O subprocurador ingressou no Ministério Público Federal (MPF) em 1987. É doutor em Direito Constitucional e professor de Direito Comercial e Eleitoral da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão em Matéria Econômica e do Consumidor. Essa mais recente atuação lhe rendeu a aproximação com as pastas da Infraestrutura e de Minas e Energia.

Nos bastidores da disputa, corre a informação de que foi muito bem visto por Bolsonaro as articulações de Aras em prol do Linhão de Tucuruí e a implementação de um programa para o aprimoramento de políticas públicas no setor ferroviário.

Dentro do MPF, os comentários em torno do nome de Aras dão conta de um procurador de perfil bastante político. Mas interlocutores têm dificuldade em apontar qual seria, por exemplo, seu grupo e como seria a composição de um possível mandato seu. Aras tem defendido um "novo modelo" para a instituição: menos garantista e engessada - mudanças que não são bem vistas por muitos colegas, mas que se alinham a uma certa corrente do governo.

Também contaria em seu favor o apoio do fundador da chamada "bancada da bala", o ex-deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF). Ele teria sido o responsável por costurar a sabatina privada no Alvorada na semana passada. Aras tem, ainda, o apoio do prefeito da capital baiana e presidente nacional do DEM, ACM Neto.

O subprocurador-geral também transita pela ala militar do governo. Em 2016, recebeu três diferentes distinções militares: a Ordem do Mérito Judiciário Militar, a Ordem do Mérito Aeronáutico e a Alta Distinção do Superior Tribunal Militar (STM). Católico, assim como Bolsonaro, é casado com a também subprocuradora-geral da República Maria das Mercês de Castro Gordilho Aras.

Ao longo de toda a campanha para a eleição da lista tríplice da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), Aras mostrou-se um crítico veemente do instrumento. Outro ponto em comum com Bolsonaro, que em nenhum momento se comprometeu a respeitar a lista. E cujos nomes escolhidos - Mario Bonsaglia, Luiza Frischeisen e Blal Dalloul - até agora não parecem ter empolgado o presidente.

O nome de Aras também parece ter caído nas graças do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira. Em entrevista recente ao **Valor**, Oliveira elogiou o trabalho de Dodge e citou o subprocurador.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Barragem da Vale

A **Vale** paralisou no sábado obras de alteamento da barragem Itabiruçu, em Itabira (MG), após detecção de alterações na estrutura. Em nota, a mineradora informou que a medida de segurança preventiva foi tomada por recomendação do projetista do empreendimento, embora não haja risco de rompimento da barragem, construída pelo método a jusante. Conforme a companhia, foram identificadas alterações decorrentes de "assentamentos diferenciais no

terreno", o que pode ocorrer durante esse tipo de obra. "O fato foi relatado aos órgãos competentes, que já vistoriaram a área. Estudos mais aprofundados estão sendo conduzidos e, em caso de necessidade, medidas corretivas serão tomadas", acrescentou a empresa, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Distribuidoras propõem reduzir impacto de leilão

As distribuidoras de energia querem que as despesas relativas ao volume extra de energia que deverá ser contratado no próximo leilão de energia nova, em 17 de outubro, seja rateado por todos os usuários do país, inclusive consumidores livres.

Segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que entregará o pleito ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, no âmbito da consulta pública aberta para discutir a sistemática do leilão, da forma como está proposta, haverá impacto na tarifa dos consumidores residenciais e comerciais de pequeno porte, justamente no momento em que o governo e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) discutem formas de tornar o custo da energia mais baixo e transparente para o usuário final. Esse impacto, porém, é difícil de precisar.

Pela proposta do MME, o leilão vai garantir a contratação integral do gerador marginal do certame. Isso quer dizer, na prática que, a última usina classificada na licitação venderá toda a sua oferta declarada no leilão, e não apenas o volume residual necessário para atender a demanda das distribuidoras. Por exemplo, se a demanda restante for de 10 megawatts (MW) e a última usina classificada tiver ofertado 1 mil MW, toda essa oferta será contratada.

No leilão de 2018, a energia comercializada pelo gerador marginal era limitada ao valor restante para completar a demanda das distribuidoras, garantindo-se um mínimo de 30% da oferta do empreendimento. Esse mecanismo, porém, inviabilizava financeiramente a contratação da última termelétrica classificada no certame.

"Seria muito difícil alguém financiar um projeto com energia descontratada. Seria uma loucura", disse Xisto Vieira Filho, presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), que elogiou a mudança.

Pela proposta do governo, o custo desse volume extra contratado no leilão deverá ser rateado pelas distribuidoras participantes do certame, observando-se a proporção do mercado consumidor de cada uma delas no ano passado.

O presidente da Abradee, Marcos Madureira, apoia a medida proposta pelo MME, desde que todos os consumidores do país paguem por esse volume extra. Caso contrário, além do impacto tarifário, a medida aumentará de forma artificial a competitividade do ambiente livre, estimulando novas migrações de consumidores que estão atualmente no mercado regulado (das distribuidoras).

O leilão de 17 de outubro será do tipo "A-6", que contratará energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em seis anos (2025). De acordo com a Aneel, estão inscritos 1.829 projetos, com capacidade instalada total de 100.874 MW. A fonte termelétrica a gás natural, com 52 usinas inscritas, responde por pouco mais de 40% da oferta total do leilão, com 41.718 MW.

Segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Reive Barros, mesmo que a mudança no modelo do leilão cause "sobrecontratação" de energia no curto prazo, a tendência é que o cenário se inverta, com a retomada da economia, e, no fim, os consumidores sejam beneficiados com a energia adicional contratada.

Ele explicou que a área técnica da pasta fez uma avaliação e concluiu que há um nível "razoável" de ociosidade na indústria e que, uma retomada mais acelerada da economia poderá causar falta de energia em médio prazo. "Estamos tendo o que eu chamaria de certa prudência, para que não tenhamos dificuldade de atender o crescimento da demanda, se a indústria crescer [o consumo]".

Para fonte que pediu anonimato, porém, a contratação de energia além da demanda declarada pelas distribuidoras pode distorcer as políticas energéticas. "Se o governo quer contratar mais térmicas, precisa ser transparente no processo de contratação. Quando o governo pratica essa política pela contratação marginal, não parece ser algo muito transparente na relação entre planejamento e contratação", afirmou.

A alocação incorreta dos custos pode trazer riscos ao setor, segundo Fillipe Soares, diretor técnico da Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia. "Reconhecemos a sensibilidade do ministério em promover a sustentabilidade do setor elétrico. Porém, quando se olha apenas para situações conjunturais ou um segmento específico, uma solução corre o risco de prejudicar todo o setor, em especial os consumidores, gerando novos encargos", disse. Para ele, o debate e as contrapropostas no sentido de alocação do excedente da energia são novos sinais da urgência de discussões mais amplas sobre a modernização do setor elétrico.

Já para Daniel Meniuk, líder da GE Power para a América Latina, a mudança foi bem recebida. "Termelétricas maiores e mais eficientes terão chance de participar, o que é melhor para o mercado e também para o consumidor, porque significa preços menores".

Victor Gomes, especialista em energia do escritório Souto Correa Advogados, também considera a medida interessante. "Se concretizada, será uma decisão acertada do MME. Não podemos abrir mão de termelétricas eficientes. E a regra proposta do rateio de eventual excedente mitiga os riscos das distribuidoras".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Camila Maia | De São Paulo

Título: Pátria recebe propostas não vinculantes pela Argo

A gestora de private equity Pátria Investimentos recebeu na sexta-feira as propostas não vinculantes de interessados em adquirir sua companhia de transmissão de energia, a Argo, apurou o **Valor**. Conforme duas fontes, sete proponentes tinham manifestado interesse no ativo e pretendiam apresentar proposta - no início da noite de sexta, ao menos cinco já o tinham feito.

Os proponentes incluem investidores estratégicos e financeiros. É esperado que, com o andamento do processo, esses dois perfis de investidores acabem se organizando em consórcio.

O **Valor** apurou que entre os interessados estão a transmissora ISA Cteep, uma parceira entre a Engie e o fundo de pensão canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) e a espanhola Red Eléctrica. As canadenses CPPIB e Brookfield também avaliam o ativo.

Havia expectativa ainda de entrega de propostas da chinesa State Grid e da brasileira Taesa - mas, conforme uma fonte, as companhias estavam reavaliando essa possibilidade de participação na semana passada e podem não ter entregado propostas no prazo.

O valor da empresa é estimado em R\$ 6 bilhões, incluindo a dívida. A parte de equity é avaliada em R\$ 3 bilhões. Os interessados avaliam ainda quanto da parte de dívida pode ter vencimento antecipado, ao se trocar o controle.

Os bancos Itaú BBA e Bank of America Merrill Lynch coordenam o processo de venda.

A Argo é uma transmissora de energia com 1,1 mil quilômetros de linhas para entrar em operação este ano. No ano passado, registrou receita de R\$ 1,7 bilhão e lucro líquido de R\$ 79,02 milhões, conforme balanço da companhia.

Para o Pátria, a expectativa é que a operação seja rentável, já que os ativos de transmissão da Argo têm taxas de retorno elevadas. Os ativos foram arrematados nos leilões realizados em 2016 e início de 2017, logo que as condições passaram a ser mais atrativas, mas ainda não havia elevada competição como hoje, que tende a achatar as taxas de retorno. Assim, o Pátria saiu vencedor sem grandes deságios. Como desde então as taxas de juros caíram consideravelmente, a situação da Argo ficou ainda mais atrativa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Economia fraca faz Usiminas adiar decisão de investimento

O fraco desempenho da economia bem como um ritmo de produção menor de veículos do que o estimado fizeram a Usiminas postergar a apresentação ao seu conselho de administração de uma nova linha de galvanizados. O presidente da siderúrgica, Sergio Leite, disse que os estudos para esse novo ativo devem ser apresentados nos próximos 12 meses. Ao final do primeiro trimestre, o executivo havia informado que o projeto seria apreciado pelo conselho até o final deste ano.

"A economia não apresentou os resultados que esperávamos. A recuperação não veio no primeiro semestre. Além disso, a produção de veículos cresceu 3% no primeiro trimestre e, há alguns analistas que já estimam que esse ritmo deve se manter neste semestre. Então, adiamos a apresentação, mas é um projeto importante para a Usiminas. Estamos acompanhando o mercado", disse Leite em entrevista ao **Valor**.

O investimento estimado na nova linha de galvanizados (chapas de aço usadas principalmente em automóveis e linha branca) é em torno de R\$ 1 bilhão para produzir de 400 mil a 500 mil toneladas por ano.

O Instituto Aço Brasil já havia revisto a previsão de crescimento no consumo aparente para este ano. A estimativa anterior era de um crescimento de 4,6%. Agora, a entidade prevê uma alta de 2,2% em 2019. "O Brasil se prepara para

decolar, mas o primeiro semestre não teve o desempenho esperado. No início do ano, a expectativa era de um crescimento de 6% no consumo aparente. Estávamos mais otimistas."

Quanto à venda da participação na Mineração Usiminas (Musa), Leite ressaltou que o processo não avançou, mas está em aberto. Segundo ele, não há nenhuma proposta na mesa que possa ser analisada. "Tínhamos uma expectativa de sair desse negócio este ano. Mas, com a tragédia de Brumadinho, todos os negócios em mineração foram suspensos. Mas, se aparecer um comprador que nos ofereça o que pedimos, podemos negociar. É uma chance remota, acredito."

A Usiminas tem 70% do controle da Musa e anunciou a intenção de sair do negócio no ano passado. "Estamos tocando o negócio. Mineração tem uma margem Ebitda [lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização] boa, ficou em cerca de 43% no trimestre. É importante salientar que o preço desse ativo aumentou em função da escalada do preço do minério."

Na sexta-feira, a Usiminas apresentou os resultados financeiros do segundo trimestre. A companhia reverteu prejuízo e lucrou R\$ 171 milhões. Em 2018, o prejuízo foi de R\$ 19 milhões. Segundo a siderúrgica, a melhora nos preços do minério de ferro que ocorreu desde o início do ano fez com que a receita líquida saltasse 15%, chegando a R\$ 3,69 bilhões.

O lucro e a receita apurados pela Usiminas no segundo trimestre são os maiores para este período desde 2011, início da série histórica do **Valor Data**.

Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) chegou a R\$ 570 milhões, alta de 15% no trimestre encerrado em junho.

A produção de aço foi 2% maior no segundo trimestre no comparativo ao mesmo período do ano passado, chegando a 833 mil toneladas. A produção de minério de ferro foi de 1,7 milhão de toneladas ante 1,3 milhão de toneladas antes - alta de 31%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Fabricantes químicos esperam baixar ociosidade com gás mais competitivo

Importante geradora de empregos e intensiva em capital, a indústria química brasileira aparece entre os cinco setores industriais que lideram o ranking de capacidade ociosa no país, com uma das piores taxas de sua história. Em maio, 33% da capacidade instalada do setor estava subutilizada, 13 de pontos percentuais acima da média histórica de ociosidade, de 20%. Mas, no que depender das apostas no gás natural mais barato, essa realidade está a caminho de mudar.

Após o lançamento do Novo Mercado de Gás pelo governo federal, na terça-feira, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) voltou a se manifestar sobre o programa e indicou que a proposta cria condições para a retomada do crescimento do setor. Em linhas gerais, o racional é que, com o fim do monopólio de óleo e gás no país, o setor terá acesso a matéria-prima e energia mais competitivas, permitindo uma concorrência mais justa com seus pares internacionais.

"Há anos ressaltamos que o Brasil é rico em gás, que seremos um dos cinco maiores produtores mundiais deste insumo e que ele pode promover para a indústria química brasileira a revolução que o gás de xisto gerou na indústria química americana", disse em nota o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo.

A esperança renovada - o pleito do setor por matéria-prima competitiva completa ao menos uma década - tem suas razões. Mais do que em qualquer outro período, o produto químico nacional está perdendo espaço no mercado externo e cedendo lugar aos importados internamente, segundo os dados mais recentes do Relatório de Comércio Exterior da Abiquim.

De janeiro a junho, as importações nacionais de produtos químicos alcançaram US\$ 20,4 bilhões, com alta de 6,1% ante o mesmo período do ano passado. Desde de março de 2018, o valor mensal importado tem superado a marca de US\$ 3 bilhões. Em volume, as compras externas subiram 14,8% no semestre, para 20,5 milhões de toneladas, o segundo maior resultado na série histórica da entidade.

Com esse desempenho, as importações praticamente voltaram aos níveis prévios à crise econômica que teve início em 2014. O déficit acumulado da balança comercial alcançou US\$ 14,1 bilhões no semestre. O saldo negativo em 12 meses até junho, por sua vez, chegou a US\$ 31 bilhões, indicando a possibilidade de déficit comercial recorde em 2019, "caso se confirmem as

projeções de um aumento mais intenso da atividade econômica nacional no segundo semestre" observou a entidade. No ano passado, o déficit foi de US\$ 29,6 bilhões.

Ao mesmo tempo, as exportações somaram US\$ 6,3 bilhões de janeiro a junho, com queda de 3,6%. Em volume, as vendas externas caíram 5,5%, para 6,6 milhões de toneladas - o aumento de 2% nos preços médios dos produtos químicos exportados compensou parte desse desempenho.

Para a Abiquim, os pilares do Novo Mercado de Gás - promoção da concorrência, harmonização das regulações estaduais e Federal, integração do setor de gás com setores elétrico e industrial e remoção de barreiras tributárias - geram perspectivas de um novo ambiente de negócios, com mais competição e transparência para os consumidores de gás natural.

A melhora de ambiente de negócios, por sua vez, levará primeiro à redução da capacidade ociosa e, mas adiante, à retomada dos investimentos, que vêm em rota decrescente, avalia a entidade. Para este ano, segundo levantamento da Abiquim, estão previstos US\$ 600 milhões em aportes, com queda a US\$ 400 milhões em 2020 e 2021 e novo recuo, a US\$ 200 milhões, em 2022. No auge dos últimos 20 anos, em 2012, a indústria química chegou a investir US\$ 4,8 bilhões em um único ano.

A associação que ainda não é possível saber o preço final do gás no país, embora as condições tenham sido criadas para o acesso a preços mais competitivos tanto para o consumidor doméstico quanto o industrial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: BNDES acelera e bancos esperam R\$ 35 bi em vendas no semestre

O início da gestão do novo presidente do BNDES, Gustavo Montezano, tem sido em ritmo acelerado. Na última semana, reuniu-se com os presidentes de bancos de investimento e atacado, fez novas contratações para a área de mercado de capitais e espera-se que anuncie em breve operações de desinvestimento.

Os bancos estão de olho em uma série de mandatos robustos do BNDES, como a venda das participações em Petrobras e JBS, que já devem ser iniciadas neste ano, conforme o **Valor** apurou. Também visam outros mandatos menores que acreditam que podem sair mais rápido, como Copel e Cemig. Além disso, há

participações em fundos de private equity e em empresas de capital fechado que devem ser negociadas. A expectativa é que cerca de R\$ 35 bilhões venham a mercado neste segundo semestre, conforme quatro fontes.

Montezano recebeu no escritório do banco em São Paulo na semana passada os principais executivos de Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Citi, J.P. Morgan, Credit Suisse, XP Investimentos, Morgan Stanley, BTG Pactual e Brasil Plural, em reuniões separadas. Do Itaú, por exemplo, participaram o presidente Candido Bracher e o principal executivo do Itaú BBA, Caio Ibrahim. Outros bancos, como Citi e BTG, levaram também os executivos à frente das áreas de mercado de capitais e de crédito corporativo.

"O tema principal foi monetização de ativos, mas ele também abordou financiamento de infraestrutura, o que pode ter de melhoria nisso, que tipo de estrutura", diz um executivo que participou da rodada.

Na última semana, André Laloni, até então vice-presidente de finanças da Caixa, anunciou sua partida para o BNDES. Lá, assumirá a diretoria de crédito e de investimentos - uma atuação um pouco mais abrangente da que era tocada por Eliane Lustosa. Laloni ficou sete meses na Caixa, onde coordenou desinvestimentos da ordem de R\$ 17 bilhões e deu início à preparação de quatro subsidiárias para uma oferta pública inicial (IPO).

Sua breve passagem pela Caixa ficou marcada pela velocidade nos processos, com reuniões noite adentro e processos de seleção de assessores financeiros aos fins de semana para viabilizar operações em prazos curtos. "Dou um mês para começarmos a receber RFPs", diz um banqueiro sobre o ritmo acelerado de Laloni e o que pode imprimir no BNDES, usando o jargão em inglês para propostas de coordenação de ofertas e vendas - "request for proposal". Mas ainda não há, de fato, contratação de sindicatos, ressaltou um banco.

Também integrou a equipe este mês outro nome que animou o mercado financeiro. Leonardo Cabral assumiu a diretoria de privatizações - ele era sócio da gestora LaPlace Finanças e já comandou a área de fusões e aquisições do Credit Suisse e da Ambev.

Os bancos avaliam que, pelo tamanho da participação detida na Petrobras, esse desinvestimento terá que ser feito de forma paulatina. As ações detidas por BNDES e BNDESPar somam R\$ 50,52 bilhões e, na avaliação dos banqueiros, para se desfazer desse montante o banco terá que dividir em duas ou três tranches ao longo de um período de 24 meses, pelo menos - para evitar um impacto relevante nas ações. Uma das tranches está prevista para acontecer ainda este ano. O BNDES faz parte do grupo de controle, mas se vender todas as ações o governo federal continuará tendo mais de 50% das ações ordinárias.

Outra grande expectativa do mercado é a venda da fatia de 21,32% na empresa de alimentos JBS, correspondente a R\$ 14,7 bilhões. Em dezembro, acaba o acordo de acionistas entre a BNDESPar e a holding J&F - instrumento que permitiu ao banco vetar uma reorganização societária que colocaria a sede da empresa no exterior em 2016. Analistas avaliaram na época que isso poderia reduzir custos tributários da companhia e destravar valor adicional com uma listagem em bolsa internacional.

"O BNDES pode se desfazer dos papéis no curto prazo aproveitando que as ações da JBS negociam perto da máxima histórica ou pode esperar o fim do acordo e a concretização desse plano antigo da empresa, se entender que isso pode valorizar o papel e dar porta de saída", diz o diretor de um banco de investimento. O **Valor** apurou que a nova equipe do BNDES avalia vender uma parte disso ainda este ano, mas não há qualquer decisão ainda. O acordo é válido desde que o banco mantenha fatia de 15% na JBS - então, pouco mais de R\$ 4 bilhões estariam desvinculados.

De acordo com dois bancos, outras operações, no setor elétrico, podem ser efetivadas mais rapidamente - como a venda das ações na Copel e na Cemig. Enquanto a ação da primeira está nas máximas, a Cemig está longe desse marco - mas eles ponderam que é o melhor patamar desde meados de 2015. Nas duas companhias, a posição do BNDES soma R\$ 4,42 bilhões.

"Já Eletrobras não deve vir tão cedo e Energisa é uma operação mais complexa, um pouco em ações e parte em debêntures conversíveis", diz um executivo. Outras posições relevantes do banco são 33,74% do frigorífico Marfrig, 11% da produtora de papel e celulose Suzano e 6,3% na mineradora Vale - mas assessores financeiros veem necessidade de melhora de preço.

O banco pode se desfazer ainda de participações em projetos de infraestrutura, percentuais acionários menores em companhias (que podem ser feitos em bolsa de forma pulverizada ou por venda em bloco e não demandam organização de oferta) e participações em fundos de investimento. BR Malls, Gerdau, Klabin, Engie, MRV, Cyrela são algumas dessas posições em empresas abertas. Dentre as fechadas, estão Hidrovias do Brasil, Granbio e Iguá Saneamentos. Soma ainda participação em 42 fundos de private equity que podem ter negociação secundária.

Em seu discurso de posse, Montezano falou em se desfazer de até R\$ 100 bilhões em participações em empresas. Se esse ritmo esperado se concretizar de fato, os bancos de investimento estimam que o BNDES possa movimentar algumas dezenas de bilhões de reais já neste segundo semestre. "Se o plano andar, seria razoável falar em R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões em

desinvestimentos este ano, um volume que o mercado teria capacidade de absorver e que não atropelaria processos no banco", avalia outro banqueiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Ações de empresas de serviços públicos são destaque no ano

Em ano de recordes na bolsa de valores brasileira, papéis de companhias de serviços públicos apresentam performance muito superior à do Ibovespa, principal índice da B3. O Índice Utilidade Pública (Util), que reúne 21 papéis de 18 empresas, sendo cinco de saneamento e 13 do segmento de energia, terminou o pregão da última sexta com valorização anual acumulada de 35,24%. Esse é o melhor desempenho entre os sete índices setoriais da B3 - mais que o dobro do Ibovespa no período (16,99%). O Índice de Energia Elétrica (IEE) acumula avanço de 32,61% no período.

"[O desempenho dos índices] pouco tem a ver com a economia", explica Gabriel Francisco, analista da XP Investimentos para o setor de energia. O fato de as tarifas de energia e de serviços de saneamento serem reguladas - e portanto, previsíveis - representa um atrativo num cenário de juros básicos (Selic) historicamente baixos e com possibilidade de novos cortes à frente. "Na bolsa, o setor de utilities [elétricas e saneamento] é o que mais se aproxima da renda fixa, por haver maior previsibilidade nos resultados", acrescenta Francisco.

A perspectiva de privatização da Eletrobras e a percepção de menor ingerência política na Copel e na Cemig ajudam a impulsionar para cima tanto o Índice Utilidade Pública como o IEE, sustenta Sabrina Cassiano, analista de investimentos da corretora Coinvalores. O consumo de energia elétrica no país aumentou 3,2% em maio, na comparação com o mesmo mês de 2018, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O resultado acumulado em 2019 também é positivo. "Até maio, o consumo de energia cresceu 1,8%. Não é nada de mais, mas sinaliza uma possível melhoria", afirma Sabrina.

A realização de leilões de transmissão bem-sucedidos, principalmente a partir de 2017, e a entrada em operação de novos projetos de geração de eletricidade também contribuem para criar um ambiente favorável aos olhos dos investidores no setor de energia, ressalta Sabrina.

No segmento de saneamento, as ações da Sabesp acumulam alta de quase 70% no ano, como resultado da intenção do governo paulista de alienar sua

participação majoritária na companhia. Sozinha, a empresa de saneamento responde por 10% do Índice Utilidade Pública. A cotação dos papéis preferenciais (sem direito a voto) da paranaense Sanepar subiu pouco mais de 55% desde o início do ano.

De maneira geral, o mercado está se antecipando a um provável movimento de redução da Selic após o encaminhamento da reforma da Previdência, diz Francisco, da XP. A reforma, dentro dos níveis de impacto fiscal esperados, reduz o risco de insolvência por parte da União e, com isto, contribui para uma diminuição na taxa básica de juros.

"Caso haja maior convicção do mercado em uma taxa de juros reais estruturalmente mais baixa, o que dependerá da evolução da agenda de reformas, acreditamos que há espaço para uma maior alta das ações", ponderou Francisco, em relatório a investidores divulgado na semana passada. Como resultado dessa expectativa, o analista elevou os preços-alvo das ações do setor elétrico cobertas pela XP em 10%, em média.

Sócio-diretor da consultoria de assuntos regulatórios Siglasul, Sebastián Butto traça um prognóstico favorável ao setor de saneamento diante da possível aprovação de projeto de lei - atualmente na Câmara dos Deputados -, que facilita a incorporação do capital privado ao setor de saneamento, seja como parceiro ou diretamente como prestador de serviços.

No setor elétrico, Butto cita a privatização das distribuidoras da holding Eletrobras como um exemplo de melhoria de eficiência. Os benefícios foram sentidos tanto pela holding, que se desfez de empresas deficitárias, como pelas próprias empresas privatizadas, as quais experimentaram ganhos de eficiência nas mãos de novos operadores privados, sustenta o consultor. "As utilities são basicamente boas pagadoras de dividendos", afirma o diretor da Siglasul.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/07/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: 'Orçamento engessado impede qualquer redução'

Kleber de Castro, economista e um dos autores do estudo

O que influenciou no aumento da carga tributária?

O crescimento do IRPJ e CSLL relacionado ao aumento da lucratividade das empresas, especialmente as estatais. Teve aumento da alíquota da Cofins sobre combustíveis em 2017, mas o efeito cheio em 12 meses só veio em 2018. Houve

uma política da Petrobrás de ajustar o preço dos combustíveis conforme as oscilações de preço internacional de petróleo. A expansão do preço do barril foi repassada pela petroleira aos combustíveis, o que contribuiu para a arrecadação do ICMS. Por fim, teve o Imposto de Importação, cuja arrecadação foi beneficiada pelo aumento da taxa de câmbio, e o IPTU, decorrente de um esforço das prefeituras em situação fiscal mais delicada para arrecadar mais.

Muitos esperam que uma reforma tributária reduza a carga.

Quem pensa em redução da carga tributária hoje é por falta de conhecimento do Orçamento brasileiro ou ingenuidade, pelo simples fato de que o orçamento está engessado com despesas obrigatórias. Isso impede que se pense em qualquer tipo de redução. É por isso que a premissa principal de todos os projetos sérios de reforma é manter a carga tributária. O grande ganho que temos de extrair desses projetos é melhorar a qualidade do nosso sistema.

Como melhorá-lo?

O primeiro passo é mexer no sistema de tributos indiretos, que é o foco da PEC 45 (proposta de reforma da Câmara). Ela tenta transformar o nosso sistema, que hoje é uma loucura, em uma tributação tradicional do IVA, que é o imposto mais neutro que existe. Tenta fazer um feijão com arroz, o que é o correto.

O que acha da proposta da contribuição sobre transações financeiras, uma espécie de CPMF?

É um imposto muito problemático. Primeiro porque ele é cumulativo e incide em cascata. Nenhum país que tenha um sistema tributário razoável adota isso./
A. F.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/07/2019

Seção: Internacional

Autor: EFE ASSUNÇÃO

Título: Autoridades explicam ao Senado novo acordo sobre Itaipu

Contratação de energia com o Brasil tinha sido fechada em maio, mas só foi revelada na sexta-feira, provocando críticas

Os ministros de Obras Públicas e Comunicações, Arnoldo Wiens, e das Relações Exteriores, Luis Alberto Castiglioni, o diretor paraguaio da Itaipu Binacional, José Alberto Alderete, e o presidente da estatal Administração Nacional de Energia (Ande), Alcides Jiménez, explicam hoje ao Congresso do Paraguai o cronograma de compra de energia da usina de Itaipu até 2022, criticado pela oposição.

O Senado chegou a um acordo na sessão extraordinária de sexta-feira para realizar uma nova convocação, também de caráter extraordinário, para interpellar todos os que tiveram algum envolvimento na elaboração e na assinatura de uma ata bilateral com o Brasil sobre compra de energia que só chegou ao conhecimento da opinião pública na semana passada, apesar de ter sido assinada em maio.

O ex-titular da Ande Pedro Ferreira renunciou na semana passada após vazamento do conteúdo da ata que tinha solicitado em fevereiro a intervenção do ministério para solucionar uma crise de contratação entre a Ande e a brasileira Eletrobras.

Castiglioni estava no Líbano e seguiria depois para a Turquia, para acompanhar o presidente Mario Abdo Benítez em sua primeira visita oficial ao chefe de Estado turco, Recep Tayyip Erdogan. Mas a divulgação do documento obrigou o chanceler a mudar de planos, e ele deverá comparecer hoje ao Senado.

Na sexta-feira, o Senado também aprovou a criação de uma Comissão Bicameral de Investigação, composta por senadores e deputados, que ainda será formada e terá 60 dias para investigar o cronograma de compra de energia do Brasil. Além disso, os senadores deram ao governo um prazo de 72 horas para remeter todos os documentos anteriores à assinatura da ata.

Assim como o Senado, a Câmara dos Deputados convocou uma sessão extraordinária para hoje para analisar a ata de contratação de energia e criar essa Comissão Bicameral de Investigação. Brasil e Paraguai assinaram em 24 de maio uma ata que estabelecia um cronograma de compra de energia de Itaipu até 2022, um ano antes que ambas as partes tenham de negociar o Anexo C do Tratado de Itaipu, de 1973. Os dois países estabelecem no início de cada ano a sua contratação de energia da usina geradora de Itaipu, mas este ano o acordo de compra não pôde ser fechado no âmbito técnico e teve de recorrer à esfera diplomática, já que o Brasil solicitou ao Paraguai que cumprisse com o tratado e estabelecesse seu cronograma de compra adequado a seu consumo.

A oposição paraguaia criticou a ata ao considerá-la uma entrega de soberania energética para o governo brasileiro de Jair Bolsonaro e ameaçou o presidente Abdo Benítez com a abertura de um procedimento de impeachment, acusando-o de "vendedor da pátria". A isso se soma o debate sobre se o documento deve contar com a aprovação do Congresso ou não, já que enquanto uns consideram que se trata de um contrato comercial e portanto não requer a aprovação dos legisladores, outros veem na ata uma modificação do tratado que, neste caso, deveria passar pela Câmara, segundo a Constituição paraguaia. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/07/2019****Seção: Internacional****Autor: AFP e EFE PARANAGUÁ****Título: Avaria adia partida de 2º navio iraniano do Paraná**

O Bavand, que deveria ter deixado ontem o Porto de Paranaguá e seguido para o Irã, teve problema mecânico

O cargueiro Bavand, um dos dois navios iranianos que ficaram quase dois meses parados no Porto de Paranaguá (PR) por falta de combustível precisou atrasar ontem sua saída por causa de um problema mecânico, confirmaram os administradores portuários e a empresa que contratou as embarcações.

Os cargueiros ficaram retidos depois que a Petrobrás se negou a fornecer combustível por medo de violar as sanções americanas contra a República Islâmica. Após uma decisão da Suprema Corte, a Petrobrás abasteceu os navios no sábado e a previsão era que deixassem Paranaguá ainda no fim de semana.

Um dos navios, o Termeh, zarpou no sábado para o Porto de Imbituba, Santa Catarina, onde seria carregado com milho antes de voltar para o Irã. Mas o Bavand, que já estava carregado com 48 mil toneladas de milho e partiria na manhã de ontem, sofreu um problema mecânico e precisou atrasar sua saída, prevista agora para as 11 horas de hoje. Ele seguirá para o Porto de Bandar Imam Khomeini, no Irã, uma viagem que deve durar 37 dias.

"Foram feitas as primeiras manobras, mas ficou constatado que precisava de uma manutenção porque ficou muito tempo parado sem combustível", informou à AFP um porta-voz da Eleva Química, a empresa brasileira que contratou as embarcações. A administração do porto confirmou a informação.

Na terça-feira, o Irã ameaçou cortar as importações do Brasil, se a Petrobrás não reabastecesse os dois navios. No dia seguinte, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, determinou que a estatal abastecesse os cargueiros ao considerar que as embarcações iranianas estão sob contrato com a empresa brasileira Eleva Química, que não faz parte da lista de agentes sob efeito de sanções dos EUA.

As sanções foram implementadas em novembro, após o presidente Donald Trump abandonar o acordo nuclear com o Irã. Segundo o Departamento do Tesouro dos EUA, empresas ou países negociarem com as entidades podem ser alvos de multas e sanções. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 29/07/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Privatização 2.0

Vendas bilionárias de estatais como a BR ocorrem em novo modelo; mais que fazer caixa, processo deve buscar melhor governança e maior competição

As grandes privatizações dos anos 1990 eram eventos que mobilizavam a política e a Justiça ao longo de dias ou semanas, antes e depois do desfecho dos leilões. Hoje, empresas estatais deixam tal condição em operações bilionárias, porém sem alarde comparável.

Assim se deu com a BR Distribuidora, que até terça-feira (23) pertencia à Petrobras. Esta simplesmente ofertou na Bolsa de Valores 30% das ações que detinha da subsidiária, reduzindo sua participação no capital a 41,25% — o bastante para a perda do controle.

A gigante petroleira arrecadou R\$ 8,6 bilhões no negócio quase silencioso. Como comparação, a venda do controle da Vale, uma das maiores e mais controversas desestatizações do país, movimentou R\$ 3,3 bilhões em 1997, hoje equivalentes a R\$ 12,4 bilhões.

Entretanto houve transação ainda mais vultosa nos tempos recentes. Em abril, a Petrobras se desfez da Transportadora Associada de Gás (TAG) por US\$ 8,6 bilhões, ou R\$ 32,4 bilhões pela cotação atual.

A despeito do montante envolvido, a repercussão do caso praticamente se limitou às esferas corporativa e jurídica. A partir de contestações de sindicatos, o Supremo Tribunal Federal determinou que a alienação de estatais subsidiárias, não controladas diretamente pelo Tesouro Nacional, prescinde de autorização legislativa.

Não é que se tenham dissipado as resistências políticas e ideológicas à privatização, ainda palpáveis na sociedade brasileira.

A indiferença em relação à TAG provavelmente se deve ao anonimato da companhia. Já a BR, administradora de postos de combustíveis, está entre as mais conhecidas dos brasileiros, mas sua atuação não a distingue claramente das concorrentes privadas.

Aqui e ali se ouviram as costumeiras críticas ao preço supostamente baixo de venda, de escassa fundamentação técnica. Tais diatribes serão mais ruidosas

quando e se chegar a hora da privatização de empresas de maior tradição e apelo, como a Eletrobras.

Se é obviamente imprescindível o debate em torno do valor do patrimônio público, cumpre apontar que o papel da desestatização não se resume a fazer caixa.

Esta pode ser a meta da Petrobras ao se desfazer das subsidiárias; para a política econômica, mais importante se mostra a busca por melhor governança das empresas e mais competição no mercado.

Esses objetivos nem sempre foram alcançados a contento nas operações de duas décadas atrás, quando o recurso a fundos de pensão patrocinados por outras estatais e crédito do BNDES preservaram a ingerência do poder político sobre ex-estatais como a Vale.

Quanto à BR, a privatização deve inserir-se em uma estratégia mais ampla de abertura do setor, incluindo o fim do monopólio da Petrobras no refino do óleo para a produção de derivados. Um processo bem conduzido tende a contribuir para o fim de tabus que ainda cercam a privatização no país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/07/2019

Seção: Mundo

Autor: Talita Fernandes

Título: Falha mecânica atrasa saída do Brasil de navio iraniano

Outra embarcação também não havia partido; abastecimento gerou impasse

Mesmo após terem seu abastecimento concluído no sábado (27), por uma determinação do STF que pôs fim a um impasse jurídico, dois navios iranianos permaneciam no litoral sul do Brasil, onde estão há quase 50 dias.

Um deles, o Bavand, chegou a ter sua manobra para partida do porto de Paranaguá (PR) iniciada às 11h deste domingo (28), mas foi interrompida por problemas técnicos.

De acordo com pessoas envolvidas no assunto, a embarcação apresentou falhas mecânicas provocadas pela falta de combustível por tempo prolongado.

Técnicos trabalhavam para a solução do problema, e a partida da costa brasileira em direção ao Irã havia sido reprogramada para 11h desta segunda-feira (29).

O outro navio iraniano, Termeh, também continuava no Brasil. Ele partiu no sábado do Paraná para o porto de Imbituba (SC), onde receberia carregamento de milho antes de retornar ao Irã.

As duas embarcações estavam desde junho na região do terminal portuário paranaense, diante da negativa da Petrobras de vender combustível para eles.

A estatal petroleira argumentava que ambas estavam na lista de empresas sancionadas pelos EUA e temia sofrer penalidades das autoridades norte-americanas.

Tanto o Bavand quanto o Termeh trouxeram ureia ao Brasil e devem retornar com milho ao país persa.

O impasse sobre o abastecimento só chegou ao fim na noite da última quarta-feira (24), quando o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, determinou que a Petrobras fornecesse combustível.

O Bavand já tinha embarcado quase 50 mil toneladas de milho e, após a conclusão do abastecimento, aguardava condições apropriadas de maré para iniciar a volta ao Irã.

A expectativa, agora, era a de que os navios iniciassem o retorno ao Irã nesta segunda (29). A previsão da viagem é de 37 dias.

Para que isso ocorra, além da correção de problemas mecânicos do Bavand, é necessário que haja condições adequadas de maré nas duas localidades.

Até a chegada ao Supremo, o caso se estendeu em uma disputa judicial nas instâncias inferiores.

Toffoli determinou o abastecimento pela Petrobras, argumentando potenciais prejuízos causados abalança comercial do país com o Irã, que é o maior comprador de milho do Brasil.

Em 2018, Teerã importou 6,37 milhões de toneladas do grão brasileiro, o equivalente a 27,8% do volume exportado do produto. As vendas geraram ao país receita de US\$ 1,09 bilhão (R\$ 4,12 bilhões).

Toffoli disse ainda que não havia a possibilidade de a Petrobras sofrer sanções dos EUA, uma vez que o reabastecimento seria feito por ordem judicial.

O impasse sobre os navios ocorre em meio a uma escalada entre Teerã e Washington.

Diante disso, o presidente Jair Bolsonaro tem se mantido alinhado com os EUA. Ele afirmou na sexta-feira (26) que esperava que o impasse dos navios fosse resolvido sem “criar qualquer rusga” com os americanos.

“Nosso governo está alinhado sim com o governo Trump. Estamos entrando em contato, temos conversado desde ontem [quinta] com o embaixador do governo americano nessa questão, tem a decisão do Toffoli”, afirmou.

Como mostrou a Folha, o episódio da retenção dos navios iranianos abriu uma nova crise interna no Itamaraty e já preocupava a cúpula das Forças Armadas.

Não apenas pelo caso dos navios em si, mas pelo alinhamento automático à posição americana anunciado por Bolsonaro.

EUA e Irã divergem sobre questões nucleares e sobre questões bélicas. Os dois países dizem ter derrubado drones adversários.

A tensão se multiplica em incidentes entre outros locais do mundo, como a apreensão mútua de petroleiros por parte dos iranianos e dos britânicos.

Jaime Spitzcovsky Excepcionalmente, a coluna não será publicada nesta segunda

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/07/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDOÑEZ

Título: Retomada de leilões de petróleo atrai investidor

Com plano do governo de acelerar certames a partir deste ano, ANP estima que Brasil pode triplicar produção diária na próxima década e ampliar as reservas provadas, que cresceram pouco desde a descoberta do pré-sal

Além de incluir novas áreas para a exploração de petróleo e gás nos leilões que serão realizados nos próximos anos, o governo quer acelerar as licitações atualmente em curso para aumentar os investimentos no setor. Segundo estimativas da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e da consultoria McKinsey, o país deve triplicar a produção diária e dobrar o volume de reservas provadas na próxima década. Em paralelo aos avanços no pré-sal, os especialistas citam ainda como indutores desse crescimento o novo plano de gás natural do governo e as descobertas recentes em torno da Bacia de Sergipe-Alagoas, que pode viabilizar um polo de desenvolvimento no Nordeste. Essa nova fase do setor tem início já neste ano, quando o segmento de óleo e gás deve alcançar

R\$ 24 bilhões em investimentos, alta de 20% sobre 2018, calcula o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP).

Para o ano que vem, a expectativa é chegar a R\$ 30 bilhões. O megaleilão, que deve gerar mais de R\$ 100 bilhões para o governo, marcado para outubro, impulsiona o otimismo da indústria do petróleo no país. A Petrobras tem licitações em andamento para projetos que entram em operação a partir de 2022. Empresas fornecedoras já fazem aportes e petroleiras estrangeiras ampliam operações no país. A Qatar Petroleum, por exemplo, acaba de abrir um escritório no Rio. — O investidor vem para onde vê rentabilidade. Hoje, já vemos demanda na atividade de sísmica e de serviços para o setor em geral, com a encomenda de equipamentos.

Outro reflexo é que, quando uma gigante investe no Brasil, atrai seus fornecedores locais, gerando mais empregos e negócios aqui — diz Anderson Dutra, especialista da consultoria KPMG. — Temos recebido consultas de empresas querendo investir no país, buscando informações sobre ativos e tirando dúvidas sobre tributação. Temos doze projetos em due diligence (análise de viabilidade de um negócio). O plano do gás é outro fator. Fomos a uma conferência no Texas e tivemos que fazer um road show (série de apresentações) para mostrar os ativos, tamanho o interesse.

PRODUÇÃO AINDA É DESAFIO

O primeiro passo para a retomada do setor começou com a reativação do calendário de leilões de petróleo, a partir de 2017, seguido da mudança das regras de conteúdo local e a extensão do regime tributário especial por mais de 20 anos, atesta Dutra. Assim, com mais previsibilidade, mais petroleiras estrangeiras passaram a investir no Brasil. Estão entre elas a Exxon, além de Wintershall, Murphy, Karoon, Equinor e Qatar Petroleum. Entre os fornecedores, a Equinix, empresa americana de tecnologia para o setor, decidiu dobrar a capacidade de armazenamento de seu data center em Del Castilho, na Zona Norte do Rio, para atender, sobretudo, a empresas do setor de óleo e gás, conta Eduardo Carvalho, presidente da companhia.

Somente com as encomendas no setor de sísmica e equipamentos, além de novas plataformas, é esperada a geração de cem mil vagas de trabalho este ano, diz o IBP. A perspectiva de contratações, contudo, está longe de recuperar os 400 mil empregos perdidos pelo setor ao longo dos últimos anos, a reboque dos efeitos da Operação Lava-Jato, que levou a Petrobras a reduzir investimentos, e da queda vertiginosa do preço do barril do petróleo no mercado internacional, retraindo toda a cadeia dessa indústria no Brasil. Mesmo agora, na esteira do megaleilão marcado para outubro e com o otimismo crescente em relação à retomada do setor, revezes persistem. Na semana passada,

a Petrobras anunciou queda de 3% na produção de petróleo no primeiro semestre.

Com isso, revisou para baixo sua meta de produção para o ano, de 2,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia para 2,7 milhões, com variação de 2,5% para mais ou para menos. A estatal tem focado na venda de ativos para poder concentrar investimentos na produção. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem pressionado pela aceleração da exploração de petróleo via iniciativa privada. Para ele, com a transição para matrizes de energias renováveis globalmente, em duas ou três décadas, o óleo não terá mais valor.

Manuel Fernandes, sócio da KPMG, confirma que a preocupação das companhias do setor hoje é explorar as reservas com agilidade enquanto o petróleo ainda têm valor econômico. Marcos Bonfim, líder de Óleo & Gás da consultoria EY, lembra que, se não fossem seis anos sem leilões na década passada, o país estaria produzindo hoje cerca de 5,5 milhões de barris de petróleo por dia, em vez de 3,1 milhões no total.

MUDANÇA DE PATAMAR

Com os certames previstos para este ano há potencial para que a produção de óleo e gás do Brasil suba dos atuais 3,1 milhões barris diários para ao menos 7,5 milhões em 2030, consolidando o país entre os maiores produtores do mundo. Movimento semelhante vai ocorrer com as reservas provadas: podem dobrar dos atuais 15,9 bilhões de barris para 31,8 bilhões. — Haverá mudança de patamar. O Brasil sai de um papel mediano para se tornar relevante. Em seis anos, vamos chegar a sete milhões de barris por dia. O pré-sal é uma oportunidade única e vai beneficiar muito o Sudeste, como o Rio. No Nordeste, descobertas recentes de gás vão alimentar a indústria — diz Décio Oddone, diretor-geral da ANP.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Cuidado com a honra alheia

A 44ª Vara do Trabalho do Rio condenou a Eletronuclear a indenizar, por danos morais, a ex-procuradora Denise Sollami. Ela foi levada a depor pela Lava-Jato e alvo de busca e apreensão, mas não foi presa ou é investigada por receber propina. Ainda assim, foi demitida.

Deu banzo do Brasil

Sabe a noviça estrangeira Trident Energy, que pagou cerca de US\$ 1 bilhão à Petrobras pelos campos de Enchova e Pampo? Em outra encarnação, o estafe dela (na época, trabalhavam para a Parenco) foi sócio de Eike Batista na OGX, em blocos do Espírito Santo.

MUNDO CÃO

A polícia já prendeu 16 pessoas até agora que se passaram falsamente por vítimas da tragédia provocada pela Vale em Brumadinho. Elas tentavam receber, cada uma, R\$ 100 mil da empresa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/07/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Projeto pode liberar garimpo em reservas

Na última semana, conforme O GLOBO adiantou, o governo federal finalizou a minuta de um projeto de lei que prevê a regulamentação da mineração em terras indígenas, uma das principais promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e pauta desde os tempos de deputado. De acordo com o Ministério de Minas e

Energia (MME), o projeto prevê que os povos indígenas terão poder para vetar a exploração em suas terras e receberão royalties sobre o que for extraído.

Lideranças indígenas, no entanto, criticam a forma como o governo conduziu a elaboração do projeto e avaliam que pode haver coação nas aldeias.

A Constituição previu a exploração nessas áreas desde que ela fosse regulamentada. Mas nenhuma regra foi aprovada pelo Congresso, o que vem impedindo a mineração legal nessas áreas.

No sábado, em entrevista coletiva no Rio, o presidente disse que pretende explorar essas áreas em parceria com empresas estrangeiras.

— Terra riquíssima (reserva indígena yanomami). Se junta com a Raposa Serra do Sol, é um absurdo o que temos de minerais ali. Estou procurando o "primeiro mundo" para explorar essas áreas em parceria e agregando valor. Por isso, a minha aproximação com os Estados Unidos. Por isso, eu quero uma pessoa de confiança minha na embaixada dos EUA — disse Bolsonaro, que quer indicar o filho Eduardo, deputado federal (PSL-SP), para assumir a embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

A preocupação de ambientalistas é que haja um aumento na ocorrência de garimpos ilegais em terras indígenas. Um relatório divulgado no fim de 2018

pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) identificou garimpos ilegais em 18 áreas indígenas na Amazônia brasileira.

Metade da reserva Waiãpi (AP), onde o cacique foi morto, está dentro da Reserva Nacional do Cobre e Associados, a Renca, que o governo Temer tentou extinguir em 2017. Os waiãpi estiveram entre os maiores opositores ao fim da Renca. Suas terras são ricas em ouro e minerais valiosos, como o tântalo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/07/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRUNO ROSA

Título: Um 'espelho do pré-sal' à venda

Governo quer leiloar nova fronteira do petróleo e ampliar reservas em 50%

O governo quer abrir uma nova fronteira de exploração de petróleo à iniciativa privada, em uma área do tamanho do pré-sal. **O Ministério de Minas e Energia** pretende incluir em leilões, nos próximos dois anos, blocos exploratórios no mar além do limite de 200 milhas náuticas (cerca de 370 quilômetros da costa) estabelecido pelas Nações Unidas (ONU) como a área de exclusividade econômica do país. O principal foco é a faixa próxima ao pré-sal. Especialistas calculam que a exploração dessa área marítima pode ampliar o volume de reservas de petróleo e gás do Brasil, hoje estimadas em 15,9 bilhões de barris, em 50%. De acordo com fontes do governo, os estudos estão avançados e serão leiloados em 2020 ou 2021, pela primeira vez, blocos que podem se estender até o limite de 350 milhas náuticas, a quase 650 quilômetros da costa.

O maior potencial visto está na faixa contígua ao pré-sal, na Bacia de Santos, no Sudeste. Especialistas e técnicos do governo têm se referido a essa área como “espelho do pré-sal”. Isso porque a região é tão rica quanto o pré-sal, cujos reservatórios descobertos na última década já respondem por 57% da produção de petróleo do Brasil. O limite de 350 milhas náuticas é o novo marco que o Brasil reivindica para sua plataforma continental jurídica junto à ONU desde 2004, com o objetivo de ampliar sua exploração de riquezas minerais no mar. Quinze anos depois, o Brasil teve há um mês a primeira vitória: a ONU publicou em junho em seu site a ampliação dos limites da plataforma continental de 200 para 300 milhas na Região Sul.

Esse reconhecimento já corresponde a um aumento de 170 mil quilômetros quadrados — o equivalente ao território do Uruguai — na área que pode ser explorada economicamente pelo Brasil. O potencial dessa área ainda é desconhecido, mas o sinal positivo da ONU indica que o país tem chance de

êxito nos outros dois pedidos feitos, referentes ao litoral Norte e à costa do Sudeste, onde está localizado o pré-sal. São áreas já estudadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), pelo Serviço Geológico Brasileiro e pela Marinha, que encontraram evidências de reservas não apenas de petróleo, mas também de outros minerais, como cobalto e manganês. Por isso, os militares chamam essa faixa litorânea de Amazônia Azul.

PRECEDENTE DO CANADÁ

Há um entendimento no governo de que, após ter feito o pedido de expansão da plataforma à ONU, uma nação pode ofertar essa área à exploração privada (restrita à extensão do conceito geológico de margem continental) por conta de um precedente aberto pelo Canadá. Num processo semelhante ao do Brasil, o país da América do Norte concedeu a petroleiras a exploração de áreas de prospecção de petróleo na faixa entre as 200 e 350 milhas náuticas de seu litoral, ainda sem a definição final da ONU. Por isso, o governo brasileiro pretende fazer o mesmo a partir de 2020. A Convenção da ONU sobre Direito do Mar estabelece, no entanto, que a exploração econômica dessa faixa nessas condições deve gerar pagamentos à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos de até 7% do valor da produção, caso o país não seja “importador substancial” do recurso.

Uma reunião foi marcada entre autoridades brasileiras do Brasil e da ONU para agosto para definir como será feito esse pagamento. É o que falta para que blocos na faixa litorânea próxima ao pré-sal sejam incluídos em leilões a partir do ano que vem, diz uma fonte envolvida nas conversas. Na faixa estendida da plataforma continental próxima ao pré-sal, estudos sísmicos indicaram que as estruturas podem conter reservas totais entre 20 bilhões e 30 bilhões de barris de petróleo. Mas especialistas explicam que só parte desse total pode ser de fato extraído. Ou seja, o potencial ali é de algo entre 4 bilhões e 6 bilhões de barris recuperáveis.

Um ponto favorável à atração de petroleiras para explorar essa nova fronteira é o fato de que, por não estarem situados no chamado polígono do pré-sal — onde a legislação obriga o leilão de blocos sob o regime de partilha da produção entre operador e União —, os blocos próximos localizados além das 200 milhas podem ser licitados sob regime de concessão, em rodadas convencionais da ANP. Essa modalidade é mais atraente para as petroleiras, que assumem sozinhas o risco da exploração. A pesquisa sísmica nessa região foi feita pela multinacional Spectrum e interpretada pela consultoria Zag, do geólogo e ex-consultor da Petrobras Pedro Zalán.

O levantamento foi feito em 2D. Agora, a Spectrum prepara uma sísmica 3D na mesma área, com muito mais precisão no mapeamento, que deve ficar pronta

em um ano e meio, e aumentar o interesse de empresas interessadas em explorar a área a partir de leilões. — Esse projeto mostra que essa região é a mesma da Bacia de Santos, do pré-sal, que a gente já conhece. O pré-sal da Bacia de Santos continua além das 200 milhas náuticas. O tamanho das reservas potenciais justifica o investimento — diz João Correa, principal executivo da Spectrum no Brasil.

Os estudos para o pedido de ampliação da plataforma continental brasileira foram iniciados em meados dos anos 1980 e contaram com o trabalho de técnicos da Petrobras. Ricardo Pinheiro, gerente-geral de ativos na área de Exploração e Produção da Petrobras, comemora o avanço do pleito na Região Sul e estima que uma resposta da ONU aos outros dois pedidos deve sair em dois ou três anos. — É um processo lento — diz o técnico, que está envolvido no projeto desde 2000.

POTENCIAL AINDA IMPRECISO

Segundo Pinheiro, os estudos da Petrobras para esse pleito também favoreceram a descoberta do pré-sal. Ele observa que ainda é impossível dimensionar com precisão o tamanho das riquezas que o país poderá explorar com a extensão dos limites da zona econômica exclusiva no mar e o impacto que isso pode ter em termos de desenvolvimento, mas não tem dúvidas do potencial. — É como falar de pré-sal nos anos de 1980. O desafio é quantificar essa riqueza.

Ao longo desse período, analisamos as rochas em águas mais profundas e percebemos que a geologia do pré-sal vai além das 200 milhas náuticas. Essas novas áreas que o Brasil pleiteia têm muito interesse para a indústria de petróleo. Estamos aguardando com expectativa a possibilidade de explorá-la. Rômulo Sampaio, professor de Direito Ambiental da Fundação Getúlio Vargas (FGV), concorda que ainda faltam estudos para dimensionar o potencial dessa expansão. Mas ressalta que, desde que o Brasil fez o pedido à ONU, nenhum país pode estudar a área: — Todo esse processo garante maior segurança ao país. No mar estão 85% de nosso petróleo, 75% do gás e 45% do pescado. São muitos os recursos.

MME / ASCOM .